ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS AGOSTO - 2026

1) ABERTURA

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2026, às 15h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Miriam Tamasiro, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.
Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:

- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de julho de 2026;
- apreciação do Relatório Analítico dos Investimentos do mesmo período;
- verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foi apresentado aos membros do Comitê o Panorama Econômico de julho de 2026, emitido pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido, discutido e aprovado, o relatório passa a integrar a presente Ata, constando, na sequência, a Síntese da Leitura do Panorama Econômico dos períodos analisados. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.
SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS
Julho de 2026 devolveu a tensão geopolítica que junho parecia ter dissolvido: a trégua entre Estados Unidos e Irã, assinada em 19 de junho, não resistiu, e novos ataques na região do Estreito de Ormuz, registrados a partir de 8 de julho, levaram o petróleo Brent a disparar mais de 24% no mês, com o barril tocando a marca psicológica de US$ 100 em 23 de julho antes de recuar e fechar perto de US$ 90. No Brasil, a tensão comercial com os Estados Unidos também escalou: uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros entrou em vigor em 22 de julho, primeiro passo de uma escalada que culminaria, já em agosto, na tarifa de 50% anunciada por Trump em meio ao atrito com o governo brasileiro em torno do julgamento de Jair Bolsonaro. Ainda assim, o mercado doméstico surpreendeu: o Ibovespa fechou julho com alta de 3,57%, renovando recordes ao longo do mês e encerrando o período perto dos 178 mil pontos, enquanto o dólar recuou 1,82% no mês, para R$ 5,0686, acumulando queda de 7,73% no ano.
Nos Estados Unidos, o mercado de trabalho deu o primeiro sinal claro de desaceleração: o payroll de julho trouxe perda de 23 mil vagas não agrícolas, bem abaixo do esperado, enquanto o ADP mostrou criação de apenas 44 mil vagas no setor privado, também abaixo das 70 mil projetadas. O CPI de junho, divulgado em 14 de julho, recuou 0,4% no mês (efeito da gasolina) e desacelerou para 3,5% em 12 meses, ante 4,2% em maio. Mesmo assim, o Fed manteve os juros entre 3,50% e 3,75% na reunião de 29 e 30 de julho, decisão não unânime, com três dirigentes defendendo alta adicional diante do choque do petróleo. Na Zona do Euro, o BCE manteve os juros na reunião de 23 de julho, com a taxa de depósito em 2,25%, mas a inflação voltou a acelerar, para 2,9% em julho, pressionada novamente pela energia.
A narrativa de julho é de reversão parcial do alívio de junho: o rompimento da trégua no Oriente Médio devolveu o prêmio de risco geopolítico ao petróleo e à inflação global, e a guerra tarifária entre Brasil e Estados Unidos ganhou um capítulo mais agudo. Mesmo assim, os ativos de risco brasileiros resistiram

bem, e o mercado de trabalho americano mostrou os primeiros sinais concretos de enfraquecimento, abrindo espaço para um Fed mais dovish adiante. O terceiro trimestre de 2026 segue girando em torno do mesmo binômio de junho, agora com o desfecho mais incerto: a trégua foi rompida, mas ainda não há uma escalada bélica plena, e o mercado tenta calibrar se o choque de julho será passageiro ou o início de um novo ciclo de pressão energética.

ESTADOS UNIDOS

CURVA DE JUROS

Em julho de 2026, a curva de juros americana voltou a refletir a tensão entre o choque de petróleo e a fragilidade do mercado de trabalho. Após o rompimento da trégua no Oriente Médio, os Treasuries de longo prazo chegaram a pressionar com o temor inflacionário, mas a sequência de dados fracos de emprego — payroll negativo e ADP bem abaixo do esperado — inverteu o movimento na última semana do mês, com o mercado voltando a precificar maior probabilidade de corte de juros pelo Fed ainda em 2026.

O spread entre os vértices de 10 e 2 anos permaneceu positivo ao longo do mês, mas a leitura mudou de sinal: se em junho o mercado temia uma alta do Fed, em julho o debate migrou para quando viria o próximo corte, à medida que o mercado de trabalho perdeu força mais rápido do que o esperado.

DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY), que operava perto de 101,7 pontos em meados de julho, perdeu força ao longo do mês, pressionado pelo CPI mais fraco de junho e, na sequência, pelos dados de emprego americano abaixo do esperado. O dólar comercial no Brasil acompanhou o movimento e encerrou julho em R$ 5,0686, queda de 1,82% no mês, acumulando recuo de 7,73% no ano.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho americano deu o primeiro sinal claro de desaceleração em julho. O payroll trouxe perda de 23 mil vagas não agrícolas, resultado muito abaixo do esperado, enquanto a pesquisa ADP mostrou criação de apenas 44 mil vagas no setor privado, também abaixo das 70 mil projetadas. O resultado reabriu o debate sobre um Fed mais dovish nos próximos meses, mesmo com a inflação pressionada pelo petróleo.

INFLAÇÃO

O CPI de junho de 2026, divulgado em 14 de julho, recuou 0,4% no mês, puxado pela queda nos preços da gasolina, e desacelerou para 3,5% em 12 meses, ante os 4,2% de maio — a leitura mais baixa desde o início do ano. O CPI de julho, que deve incorporar o novo choque do petróleo, sai em agosto. O núcleo, que exclui energia e alimentos, seguiu contido, sinal de que a desaceleração de junho não se limitou ao efeito da gasolina.

Ainda assim, o alívio pode ser temporário. Com o rompimento da trégua no Oriente Médio em 8 de julho e o petróleo disparando mais de 24% no mês, a leitura de julho tende a capturar parte da nova pressão de custos, o que deixa o Fed em posição delicada: de um lado, um mercado de trabalho que já mostra sinais de enfraquecimento; de outro, um novo choque de oferta de energia.

JUROS

O Federal Reserve se reuniu em 29 e 30 de julho de 2026, na segunda decisão sob o comando de Kevin Warsh, e manteve os juros na faixa de 3,50% a 3,75%. A decisão não foi unânime: três dirigentes defenderam alta adicional diante da reescalada do petróleo, enquanto o mercado, ao final do mês, já precificava maior probabilidade de corte nos próximos encontros diante da fraqueza do payroll.

Analistas destacam a divergência crescente dentro do Fed: parte do comitê teme que o novo choque energético reative a inflação, enquanto outra parte já vê o mercado de trabalho como o risco mais urgente. A ata da reunião de julho deve trazer mais detalhes sobre essa divisão. A próxima reunião do FOMC está marcada para setembro.

RENDA VARIÁVEL

Wall Street navegou um mês de dois movimentos opostos: o susto do petróleo no início de julho, com o rompimento da trégua no Oriente Médio, deu lugar a um alívio gradual ao longo do mês, à medida que o mercado passou a apostar em cortes de juros do Fed diante do payroll fraco. O S&P 500 encerrou julho perto de máximas, com o setor de energia entre os destaques positivos, beneficiado pela alta do petróleo.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

O PIB americano do primeiro trimestre de 2026 cresceu 2,0% ao ano (dado consolidado); o resultado do segundo trimestre ainda não foi divulgado até o fechamento deste panorama. Os indicadores de alta frequência de julho mostraram um quadro misto: atividade de serviços em expansão, mas mercado de trabalho perdendo força, o que reforça a leitura de uma desaceleração gradual da economia americana no segundo semestre.

PMI

Os PMIs americanos de julho surpreenderam positivamente. O PMI composto (prévia) da S&P Global subiu a 53,6 pontos, maior nível em meses, com destaque para o setor de serviços.

O PMI de Serviços avançou ao maior nível em nove meses, segundo a pesquisa final da S&P Global, sinalizando que a atividade doméstica seguiu resiliente mesmo com o choque de petróleo e a fraqueza do mercado de trabalho. O contraste entre PMIs fortes e payroll fraco é um dos pontos de atenção para o Fed nos próximos meses.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação da Zona do Euro voltou a acelerar em julho, para 2,9% ao ano (dado preliminar), ante 2,8% em junho, em linha com o esperado pelo mercado. A energia, que havia aliviado a pressão em junho com a trégua entre EUA e Irã, voltou a subir depois do rompimento do acordo em 8 de julho, reforçando os argumentos dos membros mais hawkish do BCE em defesa de uma postura monetária mais rígida.

JUROS

Na reunião de 23 de julho de 2026, o BCE manteve os juros inalterados, com a taxa de Facilidade Permanente de Depósito em 2,25%, a de Refinanciamento em 2,40% e a de Empréstimos em 2,65%, decisão amplamente esperada pelo mercado. Christine Lagarde (Presidente do BCE) sinalizou que o Conselho prefere aguardar mais dados até a reunião de setembro antes de decidir os próximos passos, especialmente diante da nova instabilidade geopolítica no Oriente Médio.

O mercado segue precificando a possibilidade de uma nova alta em setembro, mas a probabilidade caiu ao longo de julho à medida que ficou claro que o BCE prefere esperar para calibrar o impacto do novo choque de petróleo sobre a inflação. Para o Brasil e demais emergentes, o diferencial de juros entre a Selic (14,25%) e a taxa de depósito do BCE (2,25%) permanece amplo, sustentando o fluxo de carry trade em favor do real.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

Julho trouxe uma surpresa positiva para a Zona do Euro: o PMI Composto da S&P Global subiu a 51,9 pontos, o maior nível em cinco meses, superando as expectativas do mercado e confirmando a saída da zona de contração observada em maio.

O PMI de Serviços avançou a 51,7 pontos em julho, também superando a prévia divulgada anteriormente no mês, com melhora generalizada entre os principais países da região. A combinação de PMIs em expansão com a inflação voltando a acelerar por conta do petróleo é o novo dilema do BCE para as próximas reuniões.

CHINA

INFLAÇÃO

A atividade industrial chinesa perdeu força em julho de 2026. O PMI oficial da manufatura (NBS) caiu para 49,2, ante 50,3 em junho, entrando em campo de contração e vindo abaixo da expectativa de 50 dos analistas. O PMI não manufatureiro também recuou, para 49,0, sinalizando desaceleração ampla da atividade doméstica. Para o segundo semestre de 2026, o risco de um crescimento mais fraco ganhou força, especialmente diante da reescalada do conflito no Oriente Médio e da guerra tarifária dos Estados Unidos contra parceiros comerciais da China.

JUROS

O Banco Popular da China (PBOC) manteve as principais taxas de referência (LPR) inalteradas em julho, com a de 1 ano em 3,00% e a de 5 anos em 3,50%. Com os PMIs voltando a sinalizar contração, cresce a pressão por novos estímulos, mas o banco central chinês continua priorizando o suporte via política fiscal e crédito direcionado, em vez de cortes generalizados de juros.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PIB

O PIB da China cresceu 4,7% no acumulado do primeiro semestre de 2026, dentro da faixa da meta oficial de Pequim para o ano (4,5% a 5,0%). O resultado consolida a resiliência da economia chinesa mesmo em um ambiente externo mais adverso, com as exportações ligadas à inteligência artificial novamente como um dos principais motores de crescimento.

O ponto de atenção segue sendo o ritmo de desaceleração no segundo semestre: o PMI de julho voltando a contrair sinaliza que o impulso das exportações pode estar perdendo força, especialmente com a escalada tarifária dos Estados Unidos contra parceiros comerciais e o novo choque de petróleo pressionando os custos de insumos e logística para a indústria chinesa.

PMI

Os PMIs chineses de julho sinalizaram perda de fôlego da atividade. O PMI oficial de manufatura (NBS) recuou de 50,3 em junho para 49,2 em julho, entrando em contração pela primeira vez desde o início do ano.

O PMI privado seguiu a mesma direção, refletindo a cautela dos exportadores diante da escalada tarifária dos Estados Unidos e da nova instabilidade no Oriente Médio, fatores que voltaram a pressionar os custos logísticos e de energia.

O PMI não manufatureiro (serviços) recuou para 49,0, também em contração, ante os 50,2 registrados em junho. O conjunto de indicadores de julho reforça o cenário de desaceleração gradual da economia chinesa no segundo semestre de 2026.

JUROS

O Copom não teve reunião em julho de 2026 — o calendário do Banco Central não previu encontro no mês —, de forma que a Selic permaneceu em 14,25% ao ano ao longo de todo o mês, nível definido na reunião de 16 e 17 de junho. Já na reunião de 4 e 5 de agosto, com os dados disponíveis até o fechamento deste panorama, o Copom cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,00% ao ano, quarto corte consecutivo, confirmando a expectativa do mercado e do Boletim Focus. O comunicado, porém, veio com tom mais duro do que o esperado: o Copom manteve a assimetria altista no balanço de riscos para a inflação e não sinalizou os próximos passos, deixando a porta aberta para uma pausa no ciclo de cortes já na reunião de setembro.

INFLAÇÃO

O IPCA de julho de 2026 será divulgado pelo IBGE em 11 de agosto e, até o fechamento deste panorama, ainda não havia sido publicado — o dado permanece em aberto nesta edição. O Boletim Focus de 20 de julho revisou a projeção do IPCA para 2026 para a faixa de 5,15% a 5,16%, terceira queda semanal consecutiva, mesmo com a alta do petróleo no mês, sinal de que o mercado ainda vê a trajetória de desinflação como predominante no curto prazo.

O IGP-M de julho, divulgado pela FGV, recuou 1,16%, a segunda leitura consecutiva de deflação no índice, favorecido pela queda nos preços agropecuários e por parte dos itens industriais. O resultado é uma referência importante para contratos de aluguel e para a leitura de custos no atacado, embora tenda a divergir do IPCA no curto prazo por sua maior sensibilidade a preços agrícolas e ao câmbio.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PIB

O PIB do Brasil ainda não tem dado disponível para o segundo trimestre de 2026 — a divulgação pelo IBGE está marcada para 1º de setembro. O último resultado disponível continua sendo o do primeiro trimestre, com crescimento de 1,1% em relação ao trimestre anterior, impulsionado pela agropecuária (+2,0%), indústria (+1,0%) e serviços (+0,5%).

Os indicadores de alta frequência de julho seguem mistos: de um lado, o mercado de trabalho bateu novo recorde de baixa no desemprego; de outro, o PMI de Serviços voltou a contrair, e a guerra tarifária

com os Estados Unidos, que ganhou um novo capítulo no mês, é um risco adicional para a atividade no segundo semestre.

O mercado seguirá monitorando de perto os efeitos da tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, em vigor desde 22 de julho, e da tarifa de 50% anunciada por Trump para entrar em vigor em agosto, sobre as exportações e a atividade industrial brasileira nos próximos meses. O próximo dado do PIB (2º trimestre) sai em 1º de setembro.

PMI

O PMI de Serviços do Brasil surpreendeu negativamente em julho, recuando a 49,7 pontos, primeira contração em nove meses, segundo a S&P Global. A PNAD Contínua do trimestre encerrado em junho, divulgada em 30 de julho, trouxe a taxa de desemprego a 5,4%, o menor nível da série histórica do indicador. Já o Caged de julho registrou saldo de 129 mil vagas formais, resultado positivo, mas mais moderado que o saldo revisado de 145,1 mil vagas de junho.

A combinação de recorde de baixa no desemprego com contração no PMI de Serviços sugere que o mercado de trabalho brasileiro ainda opera em nível historicamente aquecido, mas o ritmo de expansão da atividade em varejo e serviços já mostra sinais de moderação no segundo semestre.

CÂMBIO

Julho de 2026 foi um mês de queda para o dólar no Brasil. A moeda americana encerrou o mês em R$ 5,07, queda de 1,82%, acumulando recuo de 7,73% no ano. O movimento ocorreu na contramão do que se poderia esperar diante da reescalada do petróleo e da tensão comercial com os Estados Unidos, refletindo o enfraquecimento do dólar globalmente após os dados fracos de emprego americano e a manutenção do amplo diferencial de juros em favor do real.

O fluxo de capital estrangeiro para a Bolsa brasileira voltou a ser acompanhado de perto em julho, em um mês marcado pela alta do Ibovespa e pela escalada da tarifa dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, dois vetores que operaram em direções opostas sobre o apetite do investidor internacional.

BOLSA DE VALORES

O Ibovespa fechou julho com alta de 3,57%, renovando recordes históricos ao longo do mês (com um pregão marcado por falha técnica na B3) e encerrando o período perto dos 178 mil pontos. Petrobras figurou entre os destaques positivos, beneficiada pela forte alta do petróleo Brent no mês, enquanto o desempenho geral da Bolsa surpreendeu positivamente mesmo em um pano de fundo de maior tensão geopolítica e comercial.

RENDA FIXA

Em julho de 2026, a renda fixa voltou a entregar retornos consistentes, embora com dispersão relevante entre as classes. Segundo a Anbima, o melhor índice de renda fixa do mês entregou 1,47%, enquanto o desempenho mais fraco ficou em 0,85%, com os papéis de prazo mais curto novamente entre os destaques positivos, em linha com a manutenção da Selic em 14,25% ao longo do mês.

Os títulos indexados ao IPCA seguiram sensíveis à trajetória de desinflação sinalizada pelo Focus, com os papéis de prazo mais curto mantendo melhor comportamento relativo do que os mais longos, ainda pressionados pela volatilidade nas taxas futuras diante do novo choque de petróleo e da incerteza sobre o ritmo de cortes da Selic a partir de agosto.

Os títulos prefixados também navegaram um mês de maior volatilidade nas taxas longas, refletindo a reprecificação do cenário externo após o rompimento da trégua no Oriente Médio. Com o IPCA de julho ainda em aberto e a expectativa de novo corte da Selic em agosto, o apetite por prefixados de prazo mais longo seguiu mais seletivo, enquanto os papéis de curto prazo mantiveram-se como opção mais defensiva dentro da classe.

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Julho foi o mês em que a trégua entre Estados Unidos e Irã, firmada em junho, se rompeu. Novos ataques na região do Estreito de Ormuz, a partir de 8 de julho, levaram o petróleo Brent a disparar mais de 24% no mês — maior alta mensal desde março —, tocando a marca de US$ 100 por barril em 23 de julho antes de recuar. O choque reacendeu o risco inflacionário global bem quando os dados de emprego nos Estados Unidos começaram a mostrar as primeiras rachaduras.

Nos EUA, o Fed manteve os juros em 3,50%–3,75% na reunião de 29 e 30 de julho, mas de forma não unânime, com três dirigentes defendendo alta diante do choque de petróleo, enquanto o payroll trouxe perda de 23 mil vagas e reabriu o debate sobre cortes futuros. O BCE manteve os juros em 23 de julho, mas a inflação da Zona do Euro voltou a acelerar, para 2,9%, puxada de novo pela energia. Na China, os PMIs oficiais de julho voltaram a contrair, sinal de que a desaceleração no segundo semestre pode ser mais aguda do que o esperado.

No Brasil, a Selic permaneceu em 14,25% ao longo de julho (sem reunião do Copom no mês) e, já na reunião de 4 e 5 de agosto, foi cortada para 14,00% ao ano, com o Banco Central adotando um tom mais duro e mantendo a assimetria altista no balanço de riscos. O IPCA de julho ainda não foi divulgado — o dado sai em 11 de agosto e fica em aberto nesta edição. O IGP-M recuou 1,16% e o desemprego atingiu o menor nível da série histórica da PNAD (5,4%), mas o PMI de Serviços contraiu pela primeira vez em nove meses. Mesmo com a escalada tarifária dos Estados Unidos, o Ibovespa surpreendeu com alta de 3,57% no mês, e o dólar recuou para R$ 5,0686 — movimento que se inverteu parcialmente logo após a decisão do Copom, com o Ibovespa recuando mais de 1% e o dólar voltando a subir para perto de R$ 5,10 no início de agosto.

A pergunta que definirá o restante do terceiro trimestre mudou de figura em relação a junho: não é mais apenas “o acordo de paz vai durar?”, mas sim “até onde vai a escalada, tanto geopolítica quanto tarifária?”. O Copom já deu sua resposta parcial em 4 e 5 de agosto, cortando a Selic para 14,00%, mas com um comunicado mais cauteloso, que não descarta uma pausa no ciclo já em setembro. Se o conflito no Oriente Médio for contido rapidamente e a tensão comercial entre Brasil e Estados Unidos encontrar uma saída negociada, o cenário de desinflação gradual permanece o mais provável, com espaço para o Copom seguir cortando. Se ambas as frentes se agravarem, a pausa sinalizada pelo comunicado de agosto pode se confirmar mais rápido do que o mercado espera.

PERSPECTIVAS

O terceiro trimestre de 2026 passa a girar em torno de duas frentes de risco simultâneas: a escalada geopolítica no Oriente Médio, após o rompimento da trégua entre EUA e Irã em julho, e a escalada tarifária entre Brasil e Estados Unidos, que evoluiu de uma tarifa de 25% em 22 de julho para a ameaça de 50% anunciada por Trump para agosto.

No front energético, o mercado aguarda sinais sobre uma possível nova rodada de negociação para o Estreito de Ormuz. Enquanto isso não se confirmar, o petróleo deve seguir mais volátil e sensível a notícias, com risco de novos picos caso a situação se deteriore.

Se a tensão no Oriente Médio se estabilizar sem nova escalada bélica e a disputa tarifária Brasil-EUA encontrar um caminho de negociação, o petróleo deve devolver parte da alta de julho, o IPCA de agosto tende a vir mais benigno, o Fed ganha espaço para sinalizar cortes ainda em 2026, e o Copom, que já cortou a Selic para 14,00% em 4 e 5 de agosto, ganha espaço para retomar o ciclo de cortes na reunião de setembro, apesar do tom mais cauteloso do comunicado.

Se, por outro lado, o conflito no Oriente Médio se intensificar e/ou os Estados Unidos avançarem com a tarifa de 50% sobre o Brasil sem espaço para acordo, o petróleo pode voltar a testar os US$ 100 por barril, a inflação global e brasileira ficam sob pressão adicional, o Fed perde margem para cortar juros ainda em 2026, e a pausa no ciclo de cortes da Selic, já sinalizada pelo tom mais duro do comunicado de agosto, se confirma já na reunião de setembro.

Três eventos serão determinantes para calibrar o cenário no restante do 3T26: o IPCA de julho, divulgado em 11 de agosto (dado que fica em aberto nesta edição); os desdobramentos da decisão do Copom de 4 e 5 de agosto, que confirmou o corte para 14,00%, mas trouxe comunicado mais cauteloso, sem sinalizar os próximos passos; e a evolução da disputa tarifária entre Brasil e Estados Unidos, que já resultou em tarifa de 25% em vigor desde 22 de julho e ameaça de 50% para agosto.

RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS mantenha uma estratégia de investimentos equilibrada, com atenção redobrada à volatilidade geopolítica e comercial, mas sem desistir de aproveitar oportunidades que seguem surgindo. De forma prática, a orientação é:

Manter exposição relevante em renda fixa de curto prazo (IMA S, IRF M 1), aproveitando o carrego ainda elevado com a Selic em 14,00% após o corte confirmado na reunião de 4 e 5 de agosto, especialmente diante do tom mais cauteloso do Copom, que reduz a visibilidade sobre novos cortes no curto prazo.

Manter posições em IPCA+ (IMA B 5), priorizando os vencimentos mais curtos, dado que o IPCA de julho segue em aberto e o Copom já sinalizou, no comunicado de agosto, a possibilidade de pausar o ciclo de cortes a partir de setembro, o que tende a manter a volatilidade das taxas longas.

Manter cautela em renda variável, mesmo após a boa surpresa do Ibovespa em julho (+3,57%), priorizando setores menos expostos à tarifa dos Estados Unidos e aguardando mais visibilidade sobre o desfecho da disputa comercial e o cenário eleitoral (outubro/2026).

Para RPPS com Pro-Gestão a partir do nível III, avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos, especialmente diante do novo ciclo de volatilidade geopolítica.

Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC), priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

A estratégia mais adequada para o momento é de gestão ativa com foco em preservação de capital, mas atenta às janelas de oportunidade que possam surgir com a normalização gradual do cenário externo, alinhada à Política de Investimentos, ao nível de governança, e ao perfil previdenciário de longo prazo.

Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE JULHO DE 2026

3.1 – Composição e Resultado da Carteira

A carteira totalizou, no mês de julho, com saldo de **R$1.346.906.140,51**, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos:

- Renda Fixa: R$1.265.419.777,32 – **93,95%**
- Renda Variável, Estruturados e Imobiliários: R$81.486.363,19 – **6,05%**

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de julho com retorno positivo de **R$14.963.722,03 (1,12%)**, frente à meta atuarial de **0,57%** no período.

O Presidente do Comitê esclarece, com base no entendimento da consultoria de investimentos, que o valor do Patrimônio Líquido do fundo Geração de Energia representa uma oscilação de mercado, e não uma perda concretizada. Assim, embora conste valor negativo no extrato mensal, este não deve ser subtraído de imediato do saldo de investimentos do FPGPREV, devendo ser considerado como zerado para fins de posição da carteira. Contabilmente, o valor de R$151.779,48 (extrato de julho/2026) deverá ser subtraído por representar a variação patrimonial do Fundo, em observância aos princípios aplicáveis ao setor público.

3.2 – Enquadramento Regulamentar

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026, procedeu-se à verificação dos limites e critérios de alocação da carteira do FPGPREV.

Conforme Relatório Analítico referente ao mês de julho de 2026, constatou-se que as aplicações encontram-se aderentes aos limites estabelecidos na regulamentação vigente.

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisados o desempenho, os objetivos, as características, a composição das carteiras, as rentabilidades, as taxas de administração e os riscos dos fundos de investimento que integram o portfólio do FPGPREV, considerando-se, ainda, o cenário macroeconômico e os impactos de seus principais fatores sobre os ativos que compõem a carteira previdenciária. A carteira de investimentos do FPGPREV apresentou desempenho positivo em julho de 2026, com rentabilidade de 1,12%, superando em 0,55 ponto percentual a meta atuarial de 0,57% estabelecida para o período. No acumulado do exercício, a carteira alcançou rentabilidade de 7,84%, frente a uma meta atuarial acumulada de 6,74%, mantendo-se 1,10 ponto percentual acima da meta. O resultado demonstra desempenho satisfatório dos investimentos e contribuição positiva para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime. No mesmo período, o IPCA registrou variação de 0,07%, evidenciando que a rentabilidade da carteira superou também, de forma expressiva, a inflação do mês.

A Renda Fixa, responsável por 93,95% da carteira, permaneceu como principal sustentação do resultado. O elevado nível das taxas de juros favoreceu os investimentos pós-fixados, com destaque para o CDI, que apresentou 1,22%, e o índice pré-fixado IRF-M 1, com 1,26% no mês. Os fundos de vértice BB Títulos Públicos Vértice Especial 2026 e Caixa Brasil Especial 2026 apresentaram rentabilidade de 0,87% cada.

No segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados, o desempenho apresentou comportamento heterogêneo. Embora o Ibovespa tenha registrado alta de 3,47% no período, os fundos integrantes da carteira apresentaram resultados distintos: o Sicredi Bolsa Americana registrou valorização de 0,73%, enquanto o Caixa Small Caps Ativo apresentou queda de 3,09% e o BB Construção Civil, de 7,88%. Essa dispersão de resultados reforça a importância da diversificação entre diferentes estratégias e classes de ativos.

Os membros do Comitê de Investimentos seguem acompanhando de forma contínua o desempenho dos fundos que compõem essa parcela da carteira, com atenção especial ao BB Construção Civil, considerando seu desempenho e as condições específicas do setor de construção civil e do mercado imobiliário.

Embora tenha sido observada recuperação parcial da cotação do fundo e redução das perdas acumuladas, em determinados meses, os níveis atuais ainda não foram considerados suficientes para justificar o resgate integral da posição. Dessa forma, o fundo permanece em acompanhamento, ficando eventual decisão futura condicionada à evolução de seu desempenho e das condições de mercado.

Considerando o patrimônio total de R$ 1.346.906.140,51, o resultado de julho demonstra que a estratégia de alocação adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial, com a Renda Fixa exercendo papel fundamental na estabilidade e no desempenho da carteira. Para os próximos períodos, permanece relevante o acompanhamento da trajetória da Selic, dos riscos de mercado, crédito e liquidez e da adequação dos investimentos à Política de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025, especialmente diante da possibilidade de mudanças no cenário de juros e de seus impactos sobre as diferentes classes de ativos.

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos analisou o fluxo de caixa no período, avaliando as entradas e saídas de recursos, bem como as necessidades operacionais e estratégicas da carteira, de modo a assegurar liquidez adequada, aderência aos limites regulamentares e alinhamento à meta atuarial estabelecida.

5.1 – Destinação das Receitas

As receitas recebidas pelo FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão aplicadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00
Taxa de administração	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 49,16% Aportes	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84
Outros créditos	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 50,84% Aportes		
Compensação Previdenciária		
Outros créditos		

5.2 – Pagamento de Despesas

As despesas do FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão realizadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00 03.399.411/0001-90
Despesas administrativas	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35
Compensação Previdenciária	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE	63.637.997/0001-05
Compensação Previdenciária		

5.3 – Procedimentos Operacionais

Os valores que retornarem à conta corrente do Banco Bradesco, em razão de ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta específica da **Caixa Econômica Federal (agência 0964, conta corrente nº 000574427394-4)**, com possibilidade de aplicação automática.

Na eventual impossibilidade de movimentação pelo sistema da Caixa Econômica Federal, a operação será realizada por meio da conta corrente do Banco Bradesco, mediante resgate do fundo **BRADESCO**

FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, devendo o valor ser posteriormente recomposto em um dos Fundos que recebam os recursos previdenciários.

Considerando a alocação dos recursos das contribuições previdenciárias no Banco Bradesco, atualmente por meio dos fundos **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, destinados ao recebimento das contribuições e ao pagamento da folha de aposentados e pensionistas;

Na hipótese de dificuldade operacional, poderão ser utilizados, alternativamente, recursos do fundo **CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ: 14.508.605/0001-00**, de modo a assegurar a regularidade dos pagamentos.
O Comitê de Investimentos sugere, ainda, a aplicação automática nos fundos **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** - CNPJ: 14.508.643/0001-55 e no fundo **BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO** - CNPJ: 63.197.387/0001-38 dos recursos que, em razão de limitações operacionais ou de horários bancários, não possam ser tempestivamente aplicados nos fundos definidos nesta Ata, podendo ser mantido saldo mínimo necessário para preservação da operacionalidade do referido fundo.

5.4 – Proposições

I – Movimentação estratégica

O Comitê de Investimentos sugere a aplicação dos recursos provenientes do pagamento de cupom do fundo de investimento BB TP VÉRTICE ESPECIAL 2028 RESP LIMITADA FIF RF PREVIDENCIÁRIO no fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RF REFERENCIADO DI LP, CNPJ nº 11.061.230/0001-87. A proposta tem por objetivo manter os recursos aplicados em ativo referenciado ao CDI, buscando acompanhar o desempenho do mercado de renda fixa, aliado a níveis adequados de segurança e liquidez, de modo a proporcionar uma gestão eficiente dos recursos até sua destinação.

Quanto aos demais recursos atualmente investidos, o Comitê de Investimentos sugere pela manutenção da atual carteira de investimentos, não recomendando, neste momento, a realização de novas movimentações ou alterações na alocação dos recursos.
A sugestão fundamenta-se na avaliação de que a carteira se encontra adequadamente posicionada diante do cenário econômico atual, apresentando composição compatível com os objetivos de rentabilidade, segurança, liquidez e diversificação estabelecidos na Política de Investimentos. Destaca-se, ainda, o desempenho acumulado dos investimentos, que já alcançou a meta atuarial anual estabelecida para o exercício, proporcionando margem de segurança em relação ao objetivo de rentabilidade até o momento.
Considera-se também a expectativa de maior volatilidade dos mercados financeiros ao longo do período eleitoral, especialmente em razão das incertezas relacionadas às perspectivas fiscais, econômicas e políticas, o que recomenda uma postura mais cautelosa na gestão dos recursos previdenciários. Nesse contexto, entende-se como adequado, neste momento, preservar a atual estrutura da carteira, evitando movimentos de alocação que possam elevar desnecessariamente a exposição a riscos de mercado.
Dessa forma, o Comitê de Investimentos sugere a manutenção das posições atualmente detidas, permanecendo o acompanhamento contínuo dos indicadores econômicos, das condições de mercado, do desempenho dos fundos e dos riscos associados aos investimentos, de modo que eventuais alterações na estratégia possam ser avaliadas oportunamente, caso ocorram mudanças relevantes no cenário econômico ou nas condições da carteira.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Em razão do pedido de exoneração do membro titular Sr. Ricardo Pereira da Silva, foi convocada a membro suplente Miriam Tamasiro;
b) O membro titular Sr. Cristiano de Mola participou da reunião de forma virtual;
c) Os membros do Comitê de Investimentos participaram, desde a última reunião ordinária, dos seguintes eventos:
- Reunião presencial com representantes da Caixa em 27/07/2026;
- Reunião virtual com representantes do Banco do Brasil em 06/08/2026;
d) Considerando a solicitação apresentada pela MAGNA Investimentos para o encerramento da conta de investimentos mantida pelo FPGPREV junto ao BNP Paribas, bem como o disposto no art. 21, § 2º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, que estabelece que os RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento cujo administrador ou gestor seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e classificada como S1 ou S2, será providenciado o encerramento da referida conta de investimentos. Ressalta-se que o BNP Paribas encontra-se atualmente classificado como instituição S3, conforme última atualização divulgada em março de 2026, não atendendo, portanto, ao requisito de classificação estabelecido no referido dispositivo da Resolução CMN nº 5.272/2025. Dessa forma, o encerramento da conta será realizado em observância às disposições regulamentares aplicáveis;
e) De acordo com o Regulamento do fundo e com as informações prestadas pelo Gerente do Banco do Brasil, os recursos aplicados no fundo BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2026, CNPJ nº 39.255.739/0001-80, cujo prazo de carência para resgate das cotas é 17/08/2026, deveriam ser objeto de resgate total após a liquidação dos títulos públicos que compunham sua carteira. A solicitação do referido resgate total foi realizada na presente data;
f) Conforme aprovado em ata do Conselho de Administração, os recursos provenientes do vencimento da Letra Financeira Bradesco – IPCA + 6,73% foram aplicados no fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, CNPJ nº 11.061.230/0001-87;
g) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 17h30. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

MIRIAM TAMASIRO
MEMBRO SUPLENTE

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR